

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL
COMARCA DE BONITO

II PROCESSO SELETIVO PARA ESCOLHA DE JUIZ LEIGO - ATUAÇÃO JUNTO AO JUIZADO ESPECIAL ADJUNTO

NOME DO CANDIDATO: _____

CPF: _____

ORIENTAÇÕES GERAIS

1. O Processo Seletivo tem por finalidade selecionar candidatos que comporão Banco de Reserva para efeitos de futura designação e exercícios das funções de juiz leigo, recrutados dentre advogados com mais de 2 (dois) anos de efetivo exercício na advocacia profissional ou em atividade de natureza essencialmente jurídica, observados os requisitos previsto no Edital n. 001, de 18 de maio de 2018.
2. A seleção compreende a realização de prova escrita, composta por 20 questões objetivas, havendo questões com 4(quatro) alternativas, sendo somente uma correta.
3. O candidato deverá preencher seus dados pessoais, assinar o formulário e, ao final, entregar a folha de respostas devidamente identificada e preenchida, com apenas a consignação de uma resposta para cada questão, sem rasuras, borrões, sob pena de anulação das questões indevidamente marcadas.
- 3.1. A prova objetiva será iniciada às 08h00, com término previsto para 10h00, já a prova prática iniciará às 10h01, com término às 13h.
- 3.2. Ao receber seu caderno de provas, o candidato deverá ler atentamente as questões, conferindo o total de 20 questões.
- 3.3. Durante a realização da prova objetiva não será permitida a consulta ou utilização de recursos ou equipamentos eletrônicos de qualquer natureza.
- 3.4. O candidato deverá permanecer, em sala de prova, pelo menos, por 60 (sessenta) minutos.
- 3.5. O candidato que comunicar-se com os demais ou intentar utilizar-se de consulta ou qualquer meio ilícito para realização da prova, será automaticamente retirado da sala ou excluído do processo seletivo.
- 3.6. O candidato poderá manifestar-se, na Ata de Prova, quanto à formulação de questões de prova, não caracterizando tal iniciativa a interposição de recurso.
- 3.7. Somente após o término de 2(duas) horas do início da prova o candidato poderá retirar-se da sala com o caderno de questões.
- 3.8. O candidato que se retirar da sala sem o caderno de questões não poderá retornar ou mesmo solicitá-lo posteriormente, sob nenhuma hipótese.

Bonito/MS, 17 de junho de 2018.

PARTE CÍVEL

1) Nos Juizados Especiais Cíveis,

(A) não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro, assistência ou litisconsórcio.

(B) nas ações para reparação de dano de qualquer natureza, o foro competente será sempre, e exclusivamente, o do domicílio do réu ou do local do ato ou fato.

(C) podem ser julgadas as causas cíveis de menor complexidade, entre elas as ações de despejo para uso próprio e as que não excedam a quarenta vezes o salário mínimo, inclusive as ações possessórias sobre bens imóveis, limitadas a esse valor.

(D) não poderão propor ações quaisquer pessoas jurídicas, o incapaz, o preso, a massa falida e o insolvente civil.

2) O juizado cível da Justiça Comum tem como competência para julgar a(s)

I - causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo ou as de valor superior, desde que, não havendo conciliação, haja renúncia ao valor excedente ao teto;

II – execução de seus próprios julgados;

III – causas relativas ao estado e à capacidade das pessoas, desde que de cunho patrimonial;

IV – ação de despejo;

Estão certos apenas os itens:

(A) I e II

(B) I e III

(C) II e III

(D) III e IV

3) No que se refere aos Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar:

(A) podem ser propostas ações de despejo para uso próprio, bem como por falta de pagamento e por infração contratual.

(B) o processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, exclusivamente escrito, à Secretaria do Juizado.

(C) em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta do foro do domicílio do réu, ou a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.

(D) a opção pelo procedimento dos Juizados Especiais Cíveis não implica renúncia ao crédito excedente ao limite legal, que poderá ser cobrado em ação autônoma, pelo procedimento comum.

4) Pedro, bacharel em direito, propôs reclamação junto ao Juizado Especial Cível, no valor de vinte salários mínimos. Entretanto, por ser bacharel e se considerar um excelente aluno, recusou assistência por advogado. Tendo como fundamento a Lei n. 9.099/95, é correto afirmar que:

(A) em nenhuma hipótese poderia postular junto ao Juizado Especial Cível sem ser assistido por advogado.

(B) em qualquer hipótese para postular junto ao Juizado Especial Cível deveria ser assistido por advogado.

- (C) como era bacharel em direito, poderia recorrer, desde que assistido por advogado.
- (D) em qualquer hipótese poderia postular junto ao Juizado Especial Cível sem ser representado por advogado, exceto para recorrer.

5. Sobre a jurisdição e seus predicados, assinale a assertiva correta, levando-se em consideração a sistemática processual vigente (CPC/2015).

- a) Os procedimentos de jurisdição voluntária não fazem coisa julgada.
- b) Nos Juizados Especiais Cíveis, desde que haja prévia autorização das partes, o árbitro pode julgar por equidade.
- c) O Novo Código de Processo Civil brasileiro, seguindo a orientação do direito moderno, não mais prevê a exigência da identidade física do juiz.
- d) As condições da ação, de acordo com o Novo Código de Processo Civil, são: a possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir e a legitimidade.

6. No regime dos Juizados Especiais

- (A) os atos processuais serão público e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária e portarias do Juízo.
- (B) a prova oral não será reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos.
- (C) Em razão do princípio da celeridade, poderá ser realizada citação por edital ou por hora certa, mas o comparecimento espontâneo do réu suprirá a falta de nulidade do ato citatório.
- (D) os embargos de declaração serão interpostos por escrito, no prazo de cinco dias, contados da publicação no Diário de Justiça.

7. Sobre as sentenças proferidas e os recursos interpostos nos Juizados Especiais Cíveis, assinale a assertiva CORRETA:

- (A) o preparo será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob pena de deserção.
- (B) não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, salvo se genérico o pedido;
- (C) o recurso interposto terá efeito devolutivo e suspensivo;
- (D) a sentença mencionará os elementos de convicção do juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensada a fundamentação;

8. Julgue os itens que se seguem, referentes aos atos processuais e procedimentos dos Juizados Especiais Cíveis.

- I – quando o réu for pessoa jurídica, a citação será realizada pelo correio com aviso de recebimento em mão própria, devendo, para a sua validade, ser entregue ao sócio-gerente;
- II – embora dos Juizados Especiais sejam regidos pelos princípios de oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, admite-se a produção de prova técnica na audiência;
- III – não se admite a reconvenção nos Juizados Especiais. Será possível, contudo, a formulação de pedido contraposto, desde que apresentado até a data da audiência de conciliação.
- IV – o acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo como título executivo judicial.

Estão certos apenas os itens:

- (A) I e II
- (B) I e IV
- (C) II e III
- (D) II e IV

9. O acesso ao Juizado Especial Cível é gratuito. Entretanto, Pedro, não beneficiário da assistência judiciária gratuita, que figurava com autor em uma determinada causa, foi condenado, em litigância de má-fé, dentre outras coisas, ao pagamento de custas e honorários advocatícios. Tendo como fundamento a Lei n. 9.099/95, é correto afirmar que:

- (A) em nenhuma hipótese poderia ser condenado, em primeiro grau de jurisdição, ao pagamento de custas e honorários advocatícios.
- (B) em recurso interposto junto ao Tribunal de Justiça, o colegiado poderia isentá-lo do pagamento de custas e honorários, eis que não era litigante de má-fé.
- (C) em recurso interposto junto à Turma Recursal, uma vez preparado o recurso, o colegiado poderia afastar a condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios.
- (D) em recurso interposto junto à Turma Recursal, independentemente de recolhimento do preparo, este deveria ser recebido, tendo em vista que o acesso ao Juizado Especial é gratuito.

10. F. M. ajuizou ação de cobrança em face de M.H perante o Juizado Especial Cível, visando o recebimento de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) que havia emprestado. A audiência de conciliação foi designada para o dia 17 de julho de 2018, sendo que M.H.:

- (A) deverá comparecer, não podendo a sua ausência ser suprida pelo comparecimento de seu advogado, sob pena de revelia.
- (B) poderá não comparecer, não se falando em revelia, caso seu advogado protocole contestação no prazo legal.
- (C) sofrerá a penalidade de multa por ato atentatório à dignidade da justiça, caso não compareça, prosseguindo-se para a fase de instrução do processo.
- (D) poderá, em comum acordo com F.M., manifestar desinteresse pela audiência de conciliação, caso em que esta será dispensada.

11) Acerca dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, julgue os itens a seguir.

I – É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar as causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de sessenta salários mínimos;

II – Para evitar dano de difícil ou de incerta reparação, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo;

III – Não haverá reexame necessário.

IV – no foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, sua competência é absoluta.

Está correto apenas a assertiva:

(A) I, II e III.

(B) I, III e IV

(C) II, III e IV

(D) Todas as alternativas estão corretas.

12) Conforme dispõe os enunciados do FONAJE - Fórum Nacional de Juizados Especiais, marque a alternativa INCORRETA.

(A) Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995, é necessária a condenação em custas.

(B) No âmbito dos Juizados Especiais, não são devidas despesas para efeito do cumprimento de diligências, inclusive, quando da expedição de cartas precatórias.

(C) Os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a sentença de mérito, para constituição do título executivo judicial, possibilitando a parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria.

(D) A prerrogativa de foro na esfera penal afasta a competência dos Juizados Especiais Cíveis.

13) De acordo com a sistemática adotada pelo Código Defesa do Consumidor em relação à responsabilidade do fornecedor, assinale a opção correta.

(A) O comerciante responde solidariamente pelo fato do produto juntamente com o fabricante, ainda que este possa ser identificado pelo consumidor.

(B) O produto será considerado defeituoso, ensejando-se a responsabilidade do fornecedor, pelo fato de produto equivalente, porém de melhor qualidade, ter sido colocado no mercado.

(C) No que concerne a vício do produto, a responsabilidade do fornecedor, em regra, não ultrapassa o limite do valor do próprio produto ou serviço, não se impondo tal limitação em caso de responsabilidade pelos serviços prestados.

(D) Os profissionais liberais equiparam-se aos fornecedores para efeito de responsabilidade pelos serviços prestados.

14) No tocante as cláusulas abusivas nas relações de consumo

(A) são tidas por inexistentes

(B) dependem de provocação do consumidor para serem reconhecidas, pois são anuláveis.

(C) podem ser declaradas, em regra, de ofício pelo juiz, pois são nulas de pleno direito.

(D) dependem de provocação do Ministério Público, já que a declaração de sua ocorrência interessa à coletividade.

15) Acerca das provas, assinale a alternativa correta conforme dispõe a Lei n. 1.071/1990:

(A) As testemunhas, até o máximo de cinco para cada parte, comparecerão a audiência de instrução e julgamento, levadas pela parte que as tenhas arrolado, independentemente de intimação ou mediante esta, se assim for requerido.

(B) Quando a prova do fato exigir, o juiz deverá inquirir técnicos de sua confiança, permitidas as partes a apresentação de parecer técnico.

(C) Todos os meios de prova moralmente legítimos, ainda que não especificados em lei, são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.

(D) O requerimento para intimação das testemunhas será apresentado ao cartório no mínimo dez dias antes da audiência de instrução e julgamento.

PARTE CRIMINAL

16) A coação moral irresistível e a obediência hierárquica excluem a

(A) culpabilidade;

(B) culpabilidade e a tipicidade, respectivamente

(C) punibilidade e a ilicitude, respectivamente

(D) tipicidade e a culpabilidade, respectivamente

17. A respeito da prescrição, é correto afirmar que:

(A) a reincidência interrompe a prescrição da pretensão punitiva.

(B) é admissível a extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

(C) o curso da prescrição interrompe-se com o oferecimento da queixa-crime pelo ofendido.

(D) a prescrição retroativa, modalidade de prescrição da pretensão punitiva, é regulada pela pena aplicada e pode ocorrer entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória transitada em julgado para a acusação.

18. A respeito dos Enunciados do FONAJE, é correto afirmar que:

(A) o Ministério Público, oferecida a representação nos delitos de ação penal pública condicionada, somente poderá propor a transação penal, se a vítima estiver presente na audiência preliminar.

(B) não cabe proposta de transação de pena restritiva de direito para os crimes que preveem unicamente a pena de multa.

(C) o recurso em sentido estrito é cabível em sede de Juizados Especiais Criminais.

(D) o juiz pode deixar de homologar transação penal em razão de atipicidade, ocorrência de prescrição ou falta de justa causa para a ação penal, equivalendo tal decisão à rejeição da denúncia ou queixa.

19. Nos crimes de ação penal de iniciativa privada,

(A) a renúncia ao exercício do direito de queixa se estenderá a todos os querelantes.

(B) a renúncia é ato unilateral, voluntário e necessariamente expresso.

(C) a perempção pode ocorrer no curso do inquérito policial.

(D) o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

20. Acerca dos Juizados Especiais Criminais, assinale a opção correta.

(A) o não oferecimento da representação na audiência preliminar implica em decadência do direito.

(B) constatado o descumprimento de condição imposta durante o período de prova do sursis processual, pode haver a revogação do benefício, desde que a decisão venha a ser proferida antes do término do período de prova.

(C) há na Lei n. 9.099/95, previsão para que a autoridade judicial imponha a prestação de serviço comunitário como condição para a suspensão condicional do processo.

(D) aceita a proposta de suspensão condicional do processo pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, deverá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova.

Boa Prova!

PROVA DE SENTENÇA

mínimo de 40(quarenta) linhas, máximo de 120 (cento e vinte) linhas.

PAULO ingressou com ação de cobrança com pedido de repetição de indébito cumulada com danos morais contra uma empresa de telefonia móvel, alegando que esta cobrou em duplicidade a fatura referente ao mês de janeiro de 2017, pelos serviços prestados à autora e regularmente contratados pela ré. A parte autora juntou somente a conta telefônica, com respectivo comprovante de pagamento.

Em contestação, a requerida alegou, preliminarmente, ausência de citação, vez o aviso de recebimento (AR) encaminhado ao seu endereço foi recebido por um funcionário da empresa e não por seu gerente. No mérito, alega que não efetuou a cobrança em duplicidade. A parte ré não juntou documentos.

Como juiz leigo, profira sentença julgando o caso em tela, devendo ser dispensado relatório, cujas linhas, se realizada pelo candidato, não serão consideradas.